

Governo estuda reajuste de 5% a servidores em ano eleitoral

Funcionalismo Medida beneficiaria todo os servidores federais; custo em um semestre seria de R\$ 5 bilhões

Em ano eleitoral, governo estuda reajuste de 5%

Lu Alko Otta, Edna Simão e
Andrea Jubé
De Brasília

Disposto a afagar o funcionalismo em um ano eleitoral, o governo avalia a possibilidade de conceder reajuste de 5% para todas as categorias a partir de julho. A área fiscal do Executivo resiste e, segundo o Valor apurou, a medida não aplacaria a insatisfação das categorias policiais que integram a base de apoio do presidente Jair Bolsonaro.

Além disso, ela pode gerar um atrito entre o governo e o Congresso. O problema da falta de recursos e espaço sob o teto de gastos para o reajuste de 5% pode ser resolvido com o remanejamento de verbas originalmente destinadas a emendas de relator ao Orçamento, informou uma fonte. Essa saída está em discussão e demanda alteração na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Há um projeto que altera a LDO em tramitação, mas não trata desse tema. Seria preciso modificá-lo.

O reajuste salarial linear de 5% para todo o funcionalismo foi prometido pelo presidente Jair Bolsonaro no fim do ano passado, mas sempre esbarrou na falta de espaço sob o teto de gastos. O problema permanece, mas essa seria uma saída para o impasse provocado pelo próprio Bolsonaro no começo do ano, quando anunciou que concederia aumento apenas aos servidores da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e do Departamento Penitenciário Nacional.

O Valor apurou, entretanto, que os servidores dessas três carreiras da segurança pública continuam insatisfeitos, porque o reajuste vai chegar como "recomposição" por perdas salariais. Essas categorias tiveram perda de rendimentos e ganharam mais tempo de serviço na reforma da Previdência.

Esse é um dos vários cenários

em estudo, disse uma fonte da área técnica, e não há decisão tomada. As hipóteses estão sendo discutidas entre ministros e a palavra final será de Bolsonaro. Até o momento, os técnicos não têm sinal sobre qual caminho ele estaria inclinado a seguir.

O problema é que a medida custaria pelo menos R\$ 5 bilhões em 2022, e a margem disponível para reajustes é de R\$ 1,7 bilhão. O custo anualizado da medida seria de R\$ 10 bilhões a R\$ 11 bilhões.

Outra hipótese em avaliação é

conceder reajuste apenas para policiais, outra promessa do presidente, dentro da margem existente no Orçamento. Trata-se, porém, de uma saída pouco recomendada pelos técnicos, porque reajustes localizados podem acirrar as insatisfações das demais categorias. Nos bastidores, o ministro da Economia, Paulo Guedes, costuma dizer que isso seria "puxar o pino da granada".

Há ainda a opção de utilizar a margem para reajustar o ticket refeição de todo o funcionalismo.

Seria um aumento da ordem de R\$ 400 por pessoa. Teria impacto significativo no grupo de servidores que ganham menos de R\$ 10 mil, que são os mais numerosos.

"No orçamento existe uma previsão de R\$ 1,7 bi para reajuste salarial de servidores públicos, valor máximo de que dispomos", escreveu em sua conta no Twitter o chefe da Assessoria de Assuntos Estratégicos do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida. "Aumentar o ticket alimentação para todos num valor que caiba dentro dos

R\$ 1,7 bi ajudando proporcionalmente mais quem ganha menos parece a melhor solução."

Os técnicos correm para chegar a uma conclusão até sexta-feira, porque no dia 2 de abril acaba o prazo legal para a concessão de reajustes acima da inflação. Para aumentos abaixo da inflação, o prazo seria 30 de junho, por causa da lei eleitoral.

A hipótese de reajuste de 5% encontra clara resistência na área fiscal do governo. Fontes repetiram que esse aumento não cabe no teto

de gastos. E a estimativa de R\$ 5 bilhões para a medida pode estar subestimada, alertaram técnicos.

Para elaborar o Orçamento, calculou-se que cada ponto percentual de reajuste custaria R\$ 3,1 bilhões. Portanto, a medida teria impacto de R\$ 15,5 bilhões no ano, ou R\$ 7,75 bilhões em meio ano. O diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto, tem cálculo semelhante: R\$ 3 bilhões a R\$ 4 bilhões para cada ponto percentual de reajuste.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Brasil **Caderno:** A **Página:** 7